

**IMPACTO FINANCEIRO DOS PROGRAMAS DE
EXPANSÃO E DE INCLUSÃO NA UNESP**

Administração Central da UNESP

Reitor

Sandro Roberto Valentini

Vice-Reitor

Sergio Roberto Nobre

Pró-Reitor de Administração

Leonardo Theodoro Büll

Pró-Reitora de Extensão Universitária

Cleopatra da Silva Planeta

Pró-Reitor de Pós-Graduação

João Lima Sant'Anna Neto

Pró-Reitora de Graduação

Gladis Massini-Cagliari

Pró-Reitora de Pesquisa

Carlos Frederico de Oliveira Graeff

Secretário Geral

Arnaldo Cortina

Chefe de Gabinete

Carlos Eduardo Vergani

Assessor Chefe de Comunicação e Imprensa

Oscar D'Ambrosio

Assessor Chefe de Informática

Edson Luiz França Senne

Assessor Jurídico Chefe

Edson César dos Santos Cabral

Assessor Chefe de Planejamento e Orçamento

José Roberto Ruggiero

Assessor Chefe de Relações Externas

José Celso Freire Junior

Assessor Especial de Planejamento Estratégico

Rogério Luiz Buccelli

Coordenadora Geral de Bibliotecas

Flavia Maria Bastos

Coordenador de Permanência Estudantil

Mário Sérgio Vasconcelos

A Universidade Estadual Paulista – Unesp é uma das maiores e mais importantes universidades brasileiras, com destacada atuação no ensino, na pesquisa e na extensão universitária. Ao lado da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp e da Universidade de São Paulo – USP, formam o sistema ímpar de ensino superior público e gratuito, mantido pelo Governo do Estado de São Paulo.

Criada a partir de institutos isolados de ensino superior, a Unesp tem atualmente 34 unidades em 24 cidades, sendo 22 no interior, uma na capital e uma no litoral paulista, em São Vicente. **Essa grandeza, conquistada nos seus 41 anos, se deve a três grandes ciclos de expansão.** Os mais de 3,6 mil professores e 6,4 mil funcionários asseguram sólida formação aos alunos e garantem que as atividades sejam desenvolvidas com qualidade. A Unesp possui mais de 38 mil alunos nos 136 cursos de graduação, nas 183 opções de ingresso. Na pós-graduação, mais de 14 mil alunos estão matriculados nos 149 programas de mestrado e doutorado. **Devido a um consistente programa de inclusão,** a Unesp garantirá definitivamente que, a partir de 2018, pelo menos metade de seus alunos de graduação sejam egressos de escolas públicas.

Apresentamos, a seguir, neste documento, o **impacto financeiro do processo de expansão e do programa de inclusão da Unesp.** Esse último vem exigindo a ampliação dos programas de permanência estudantil e o aumento nos investimentos de assistência aos estudantes. Tais investimentos demonstram a preocupação da Unesp em realizar a inclusão, proposta pelo Governo do Estado de São Paulo, atrelada a uma política de emancipação dos estudantes, evitando o aumento nas taxas de retenção e de evasão e preservando a qualidade do ensino.

1. O processo de expansão da Unesp

Quando foi criada em 1976, a Unesp contava com 14 câmpus e 21 unidades universitárias, incluindo o recém criado câmpus de Ilha Solteira e a separação das unidades dos câmpus complexos de Araraquara, de Botucatu e de Rio Claro. Naquele momento, a Unesp oferecia 29 cursos de graduação, nas 49 opções de ingresso, com 10.476 alunos matriculados (Quadro 1 e Figuras 1 e 2). A atuação da Unesp na pós-graduação ainda era incipiente.

Ao longo dos seus 41 anos, a Unesp cresceu significativamente, tanto na graduação como na pós-graduação, e pode-se dizer que passou por três grandes ciclos de expansão:

O **primeiro ciclo de expansão** ocorreu no período de 1988 a 2001. Esse ciclo se inicia com um aumento brusco no ensino de graduação devido à encampação da Universidade de Bauru e do Instituto Municipal de Ensino Superior de Presidente Prudente –Imespp. Assim, em 1988, a Unesp passou a ter 15 câmpus e 24 unidades universitárias, com 17.567 alunos de graduação matriculados em 54 cursos, nas 84 opções (Quadro 1 e Figuras 1 e 2). Ao longo desse primeiro ciclo, a Unesp continuou expandindo o ensino de graduação e ao mesmo tempo avançou significativamente na consolidação da pós-graduação. No final do primeiro ciclo, no ano de 2001, a Unesp possuía 24.799 alunos de graduação nos 87 cursos, nas 131 opções de ingresso, e 9.621 alunos de pós-graduação nos 84 programas (Quadro 1 e Figuras 1 e 2).

Essa encampação fez parte da negociação com o Governo do Estado de São Paulo para a conquista da autonomia orçamentária e financeira, ocorrida em 1989. No decreto da autonomia universitária (decreto nº 29.598, de 02/02/89), ficou estabelecido que o orçamento anual das três universidades estaduais paulistas corresponderia a 8,4% (USP = 4,46%, Unicamp = 2,00% e Unesp = 1,94%) da arrecadação do ICMS-Quota Parte do Estado. Embora a encampação tenha feito parte da negociação, observa-se que esse fato não fez diferença na distribuição da quota-parte, já que a valor da Unesp foi o menor. Foi ainda dentro desse primeiro grande ciclo de expansão da Unesp que ocorreram as duas alterações dessa quota-parte, que procuraram corrigir a situação desfavorável da Unesp. Em 1992, o percentual passou para 9,0% (USP = 4,73%, Unesp = 2,205% e Unicamp = 2,065%) e, em 1995, para 9,57% (USP = 5,0295%, Unesp = 2,3447% e Unicamp = 2,1958%).

Desse modo, no momento da última correção da quota-parte, em 1995, a Unesp possuía 19.618 alunos de graduação nos 85 cursos, nas 115 opções de ingresso, e 4.777 alunos de pós-graduação nos 62 programas (Quadro 1 e Figuras 1 e 2).

O **segundo ciclo de expansão** ocorreu no período de 2001 a 2012. Nesse período, em consonância com a política do governo estadual de promover maior distribuição da oferta de ensino superior público, a Unesp criou 8 câmpus novos (Dracena, Itapeva, Ourinhos, Registro, Rosana, São Vicente, Sorocaba e Tupã), passando a ter 23 câmpus e 33 unidades (já incluindo a separação da Faculdade de Odontologia e Medicina Veterinária do câmpus de Araçatuba). Nesse período foram criados 35 cursos de graduação, sendo 26 nas unidades já existentes e 9 nos câmpus experimentais nascentes. Na pós-graduação ocorreu uma estabilização no número de programas, mas houve aumento significativo na sua qualidade com crescimento na proporção dos programas de excelência. Assim, no final do segundo ciclo, no ano de

2012, a Unesp possuía 35.485 alunos de graduação nos 122 cursos, nas 168 opções de entrada, e 11.804 alunos de pós-graduação nos 123 programas (Quadro 1 e Figuras 1 e 2).

O **terceiro ciclo de expansão**, ainda em andamento, teve início em 2012, que incluiu a criação de 11 cursos de graduação em engenharia e um novo câmpus em São João da Boa Vista, passando a Unesp a ser constituída por 24 câmpus e 34 unidades. Assim, em 2017, a Unesp possui 38.247 alunos de graduação nos 136 cursos, nas 183 opções de ingresso, e 14.431 alunos de pós-graduação nos 149 programas (Quadro 1 e Figuras 1 e 2).

Finalmente, deve ser destacado que, embora tenha ocorrido, no período de 1995 a 2017, acentuado crescimento no número de alunos matriculados nos cursos de graduação (19.618 para 38.247 alunos) e nos programas de pós-graduação (4.777 para 14.431 alunos) e, ainda, no número de unidades (24 para 34) e de câmpus universitários (15 para 24), a quota-parte do ICMS para financiar as três universidades estaduais paulistas continuou a mesma desde 1995.

Quadro 1 – Evolução da graduação e da pós-graduação da Unesp.

	ANO	GRADUAÇÃO			PÓS - GRADUAÇÃO	
		Cursos	Opções de Entrada	Matriculados	Programas	Matriculados
criação	1976	29	49	10.476	9	20
1º ciclo	1988	54	84	17.567	40	1.616
	1995*	85	115	19.618	62	4.777
2º ciclo	2001	87	131	24.799	84	9.621
3º ciclo	2012	122	168	35.485	123	11.804
	2017	136	183	38.247**	149	14.431

*Ano da última correção da quota-parte do ICMS (9,57%), sendo destinado à Unesp o índice de 2,3447%.

** Valor estimado (dados consolidados ao final de dezembro de 2017).

Figura 1. Distribuição dos câmpus da Unesp, considerando os três grandes ciclos de expansão.

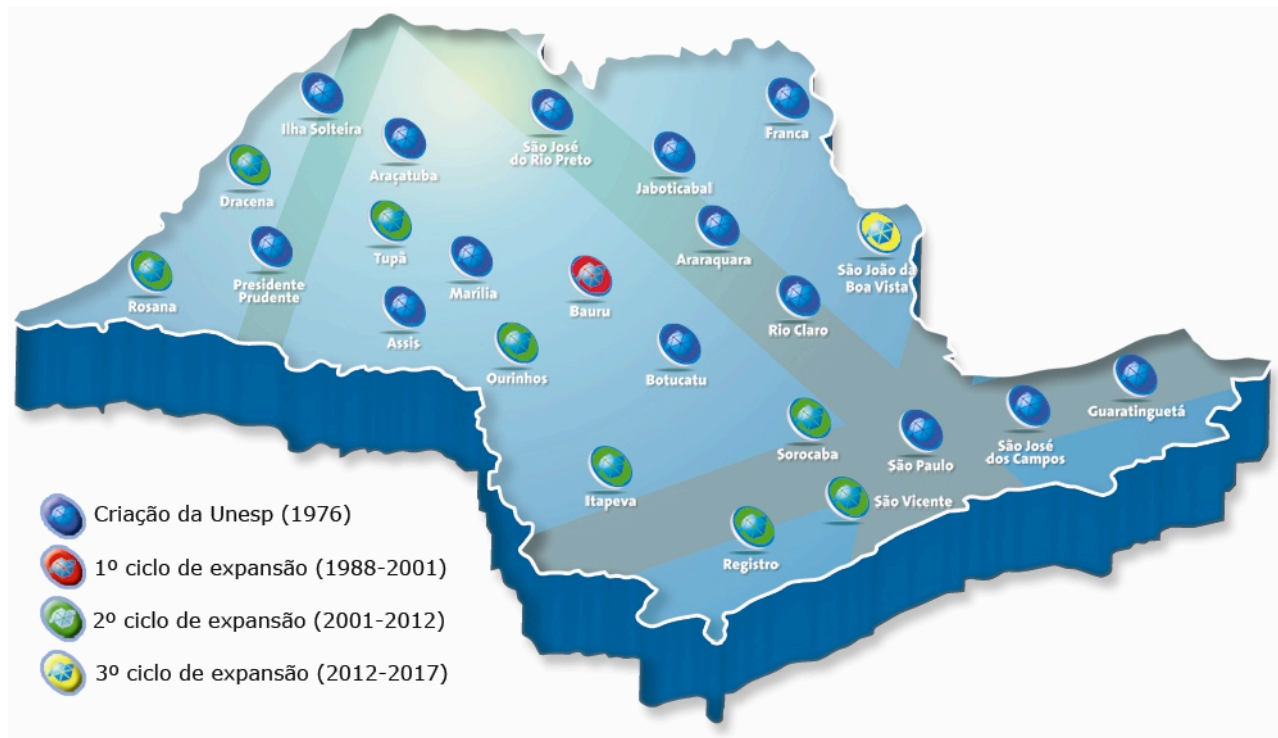
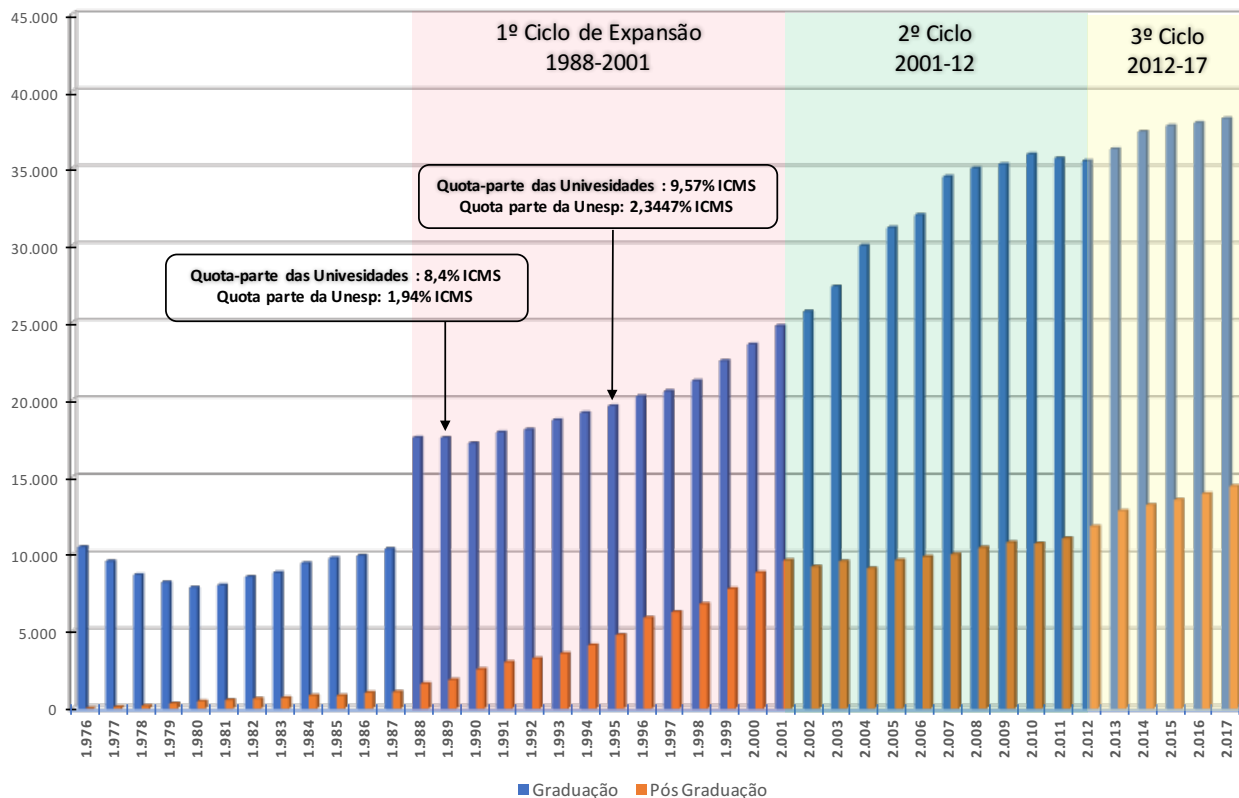


Figura 2. Quantidade de alunos nos cursos de graduação e nos programas de pós-graduação da Unesp, considerando os três grandes ciclos de expansão.



2. Impacto financeiro dos ciclos de expansão ocorridos após a última correção da quota-parte do ICMS (1995)

Como apresentado acima, a última correção da quota-parte do ICMS, que financia as três universidades estaduais paulistas, ocorreu em 1995. Entretanto, a Unesp passou nessas últimas duas décadas por uma expansão vertiginosa no número de câmpus novos, de cursos de graduação, de programas de pós-graduação e, principalmente, no número de estudantes matriculados. A Figura 3 revela exatamente esse crescimento na oferta de vagas e no número de alunos matriculados, concomitante à queda nos repasses financeiros por conta da quota-parte da Unesp.

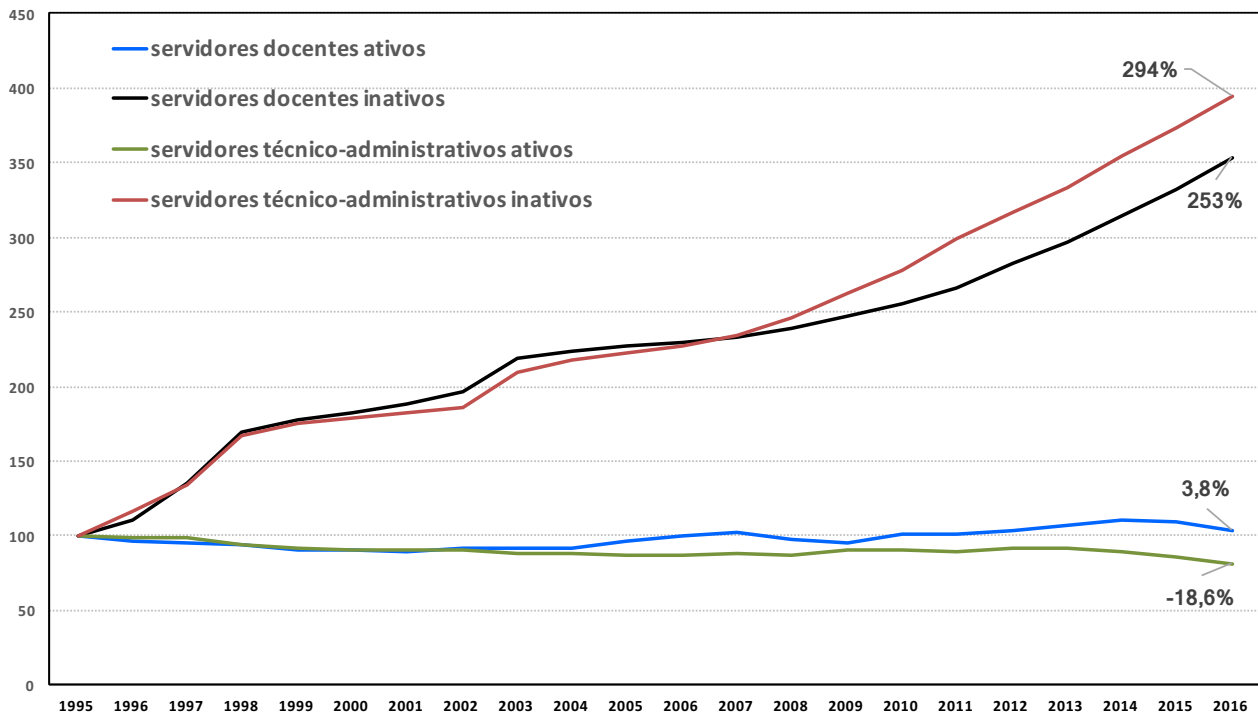
Figura 3. Evolução do número de alunos matriculados (graduação e pós-graduação) e da oferta de vagas no vestibular entre 1995 – 2016, comparada à evolução do repasse da cota-parte do ICMS à Unesp (base 100 = ano de 1995)

Ano	crescimento do repasse ICMS	crescimento dos alunos matriculados	crescimento das vagas vestibular
1995	100	100	100
1996	105	108	102
1997	108	112	105
1998	102	118	108
1999	100	125	112
2000	112	132	118
2001	110	140	122
2002	108	142	132
2003	95	148	155
2004	100	158	162
2005	102	168	158
2006	108	175	160
2007	115	182	162
2008	128	188	160
2009	128	190	162
2010	142	192	160
2011	145	192	162
2012	145	195	165
2013	150	205	172
2014	145	208	178
2015	142	210	175
2016	140	212	179

Nesse período, a Unesp passou por dois novos ciclos de expansão. Embora esses ciclos tenham contado com recursos suplementares do Governo do Estado de São Paulo e das prefeituras dos municípios que receberam câmpus novos da Unesp, os valores gastos na expansão superaram significativamente aqueles aportados pelos poderes públicos estadual e municipal, fato que será detalhado a seguir. Assim, as despesas realizadas para além dos recursos suplementares nesses dois últimos ciclos de expansão, atreladas ao aumento

significativo das aposentadorias de servidores docentes e de técnico-administrativos (Figura 4), que impactaram na folha de pagamento da universidade, e à diminuição na arrecadação do ICMS pelo Estado (Figura 3), provocaram o esgotamento da reserva financeira da Unesp, comprometendo consideravelmente a sua sustentabilidade.

Figura 4. Evolução do número de servidores docentes e de técnico-administrativos, ativos e inativos, entre 1995 – 2016 (base 100 = ano de 1995)



De acordo com o Quadro 2, para o financiamento do segundo ciclo de expansão, ocorrido de 2001 a 2012, a Unesp recebeu aporte de recursos do tesouro estadual, na forma de créditos suplementares, da ordem de R\$ 92,4 milhões (valores correntes). Adicionalmente, as prefeituras dos oito municípios envolvidos nesse ciclo de expansão injetaram cerca de R\$ 36,3 milhões. Entretanto, **considerando apenas a expansão ocorrida nesses 8 câmpus, com a criação de 9 cursos de graduação, a Unesp, até 2010, investiu cerca de R\$138,7 milhões acima dos recursos suplementares (Quadro 2, coluna f). Deve ser lembrado que esse valor é ainda maior, uma vez que nesse mesmo ciclo de expansão, como mencionado anteriormente, outros 32 novos cursos de graduação foram criados nos demais câmpus da Unesp.**

Quadro 2 – Financiamento do 2º e do 3º ciclo de expansão da Unesp (valores correntes).

Período	Crédito suplementar do Governo do Estado (a)	Repasso das prefeituras locais à UNESP (b)	Repasso da UNESP Autarquia HC/Botucatu (c)	Investimentos com recursos da UNESP (d)	Valor total que onerou quota parte da UNESP [e = (c+d)-(a+b)]	Valor acumulado no período (f)	
2001	-	-	-	-	-	-	
2002	R\$ 47,0 milhões	R\$ 36,3 milhões	-	R\$ 8,9 milhões	-R\$ 43,0 milhões	-	
2003	-		R\$ 5,4 milhões	-	R\$ 12,3 milhões	R\$ 6,3 milhões	-R\$ 37,2 milhões
2004	R\$ 15,2 milhões		R\$ 6,0 milhões	-	R\$ 20,5 milhões	R\$ 1,5 milhões	-R\$ 35,7 milhões
2005	R\$ 14,7 milhões		R\$ 3,8 milhões	-	R\$ 29,3 milhões	R\$ 6,8 milhões	-R\$ 28,9 milhões
2006	R\$ 15,5 milhões		R\$ 7,8 milhões	-	R\$ 34,1 milhões	R\$ 9,8 milhões	-R\$ 19,1 milhões
2007	-		R\$ 8,8 milhões	-	R\$ 38,7 milhões	R\$ 34,2 milhões	R\$ 15,1 milhões
2008	-	R\$ 4,5 milhões	-	R\$ 39,1 milhões	R\$ 39,1 milhões	R\$ 54,2 milhões	
2009	-	-	-	R\$ 40,4 milhões	R\$ 40,4 milhões	R\$ 94,6 milhões	
2010	-	-	-	R\$ 44,1 milhões	R\$ 44,1 milhões	R\$ 138,7 milhões	
2011	-	-	R\$ 42,0 milhões	R\$ 450,4 milhões	R\$ 89,0 milhões	R\$ 227,7 milhões	
2012	-	-	R\$ 38,9 milhões		R\$ 47,0 milhões	R\$ 94,9 milhões	R\$ 322,6 milhões
2013	-	-	R\$ 20,1 milhões		R\$ 56,0 milhões	R\$ 85,1 milhões	R\$ 407,7 milhões
2014	-	R\$ 1,8 milhões	R\$ 12,8 milhões		R\$ 65,0 milhões	R\$ 92,5 milhões	R\$ 500,2 milhões
2015	-	-	-		R\$ 81,5 milhões	R\$ 97,3 milhões	R\$ 597,5 milhões
2016	-	-	-		R\$ 97,3 milhões	R\$ 103,6 milhões	R\$ 701,1 milhões
TOTAL	R\$ 92,4 milhões	R\$ 38,1 milhões	R\$ 113,8 milhões	R\$ 717,8 milhões	R\$ 701,1 milhões	R\$ 562,4 milhões	

O financiamento do terceiro ciclo (Quadro 2), diferente do segundo, ocorreu por meio da Lei Complementar N° 1.177, de 11 de junho de 2012, que determina no seu artigo 1º a forma de repasse da Unesp para a recém criada autarquia - Hospital das Clínicas de Botucatu. Em contrapartida, foram criados 11 novos cursos de graduação em engenharia na Unesp, sendo dois em um novo câmpus no município de São João da Boa Vista, que aportou adicionalmente R\$ 1,8 milhões. Assim, durante o período de 2011 a 2014, por força da Lei Complementar 1.177, a Unesp repassou para a autarquia R\$ 113,8 milhões. Entretanto, despendeu R\$ 450,4 milhões, no período de 2011 a 2016. Dessa forma, até o momento, o valor investido na criação dos 11 cursos de engenharia foi significativamente superior àquele que a Unesp deixou de custear com a autarquização do Hospital das Clínicas de Botucatu. Como esse ciclo de expansão encontra-se em andamento, deve ser lembrado que ainda existem demandas não atendidas, incluindo as necessárias para concluir a implantação do câmpus de São João da Boa Vista.

3. Os programas de inclusão e de permanência estudantil na Unesp

Em 2012, o Governo do Estado de São Paulo propôs que as universidades estaduais paulistas desenvolvessem um programa de ação afirmativa para promover a inclusão nos seus cursos de graduação, mediante o acolhimento em 50% de suas vagas, de alunos oriundos de escolas públicas, guardando, dentre estes, a parcela de 35% para os grupos étnicos Pretos, Pardos e Indígenas (PPI). Esse programa estava formatado para que sua total implantação e consolidação estivessem amparadas pela criação, pelo Governo Estadual e pelas universidades, de um Fundo Especial para o Apoio à Inclusão

Social, destinado a financiar a permanência de estudantes no programa de inclusão, com o principal propósito de evitar a retenção e a evasão. Para consolidar essas metas nos primeiros oito anos, o investimento do governo do Estado de São Paulo seria de aproximadamente R\$ 584 milhões (www.iri.usp.br/documentos/acoes_afirmativas_pimesp.pdf). Entretanto, esse programa, comum para as três universidades estaduais paulistas, não prosperou.

Por outro lado, a Unesp, buscando atender a essa solicitação do Governo do Estado de São Paulo, criou, em agosto de 2013, seu programa de inclusão. Assim, para atender às metas inclusivas de alunos oriundos de escolas públicas e de estudantes pretos, pardos e indígenas em seus cursos de graduação, o projeto de inclusão da Unesp prevê o seguinte:

a) 50% das vagas, para cada curso e turno, dos cursos de graduação da Unesp devem ser preenchidas por estudantes que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas;

b) do total de vagas a serem ocupadas por estudantes oriundos de escolas públicas, 35% serão reservadas para pretos, pardos e indígenas;

c) no prazo de 5 (cinco) anos, a universidade deverá atingir a meta de inclusão de estudantes de escola pública em 50% das vagas, sendo 15% em 2014, 25% em 2015, 35% em 2016, 45% em 2017 e 50% em 2018;

d) a metodologia adotada para a inclusão é o Sistema de Reserva de Vagas para a Educação Básica Pública (SRVEBP), por meio da classificação no concurso vestibular, com a convocação dos candidatos aprovados até o limite de vagas fixadas para cada curso e turno.

O Quadro 3 apresenta a evolução da distribuição de estudantes de acordo com o sistema de ingresso, ou seja, pelo sistema universal e pelo SRVEBP + PPI. Os dados revelam que o programa de inclusão está atingindo as metas estabelecidas, com 45% de ingressantes pelo SRVEBP + PPI no ano de 2017. Vale destacar que, considerando a média dos valores dos diferentes cursos, a Unesp já atingiu 50,04% no ano de 2017. Isso ocorre, pois muitos egressos de escolas públicas também ingressam pelo sistema universal. Entretanto, no ano de 2018, deveremos ter 50% em todos os cursos de graduação.

Quadro 3 - Distribuição da quantidade de estudantes por sistema de ingresso nos vestibulares da Unesp, no período de 2014 a 2017.

Sistema de Ingresso	2014	2015	2016	2017
Vagas	7.679	7.691	7.715	7.725
Sistema Universal	6.482	5.740	4.986	4.222
SRVEBP	785	1.356	1.774	1.927
PPI	412	595	955	1.576
SRVEBP + PPI	1.197(15%)	1.951(25%)	2.729(35%)	3.503(45%)

Fonte: Dados informados pela Pró-Reitoria de Graduação - Prograd/Vunesp

Preocupada em manter a excelência na formação de seus alunos, a Unesp há mais de três décadas desenvolve programa de permanência estudantil que disponibiliza uma série de incentivos aos estudantes, visando ao bom desempenho acadêmico, bem como à permanência dos alunos que ingressam na universidade e que são oriundos de famílias que vivem em situação de vulnerabilidade socioeconômica, dessa forma, contribuindo para a redução de índices de retenção e de evasão na universidade.

Desde 2014, após a implantação do programa de inclusão, vem ocorrendo, a cada ano, um aumento expressivo na quantidade de alunos com perfil de vulnerabilidade socioeconômica e na demanda de auxílios de permanência estudantil. Por essa razão, a Unesp, dentro de suas possibilidades financeiras e conforme orientação do Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), intensificou suas ações de permanência direcionadas aos alunos com renda *per capita* familiar de até 1,5 salários mínimos.

4. Impacto financeiro do programa de inclusão nos principais programas de permanência estudantil

Atenta ao aumento de alunos que vivem em condições de vulnerabilidade socioeconômica, a Unesp vem buscando aprimorar, a curto prazo, suas ações em três programas de permanência estudantil: restaurante universitário, moradia estudantil e auxílio socioeconômico. Para que se tenha uma melhor visão do impacto financeiro dessas ações, apontaremos, a seguir, o montante de recursos que foram e que deverão ser investidos nesses programas.

4.1. Restaurante Universitário

Os Restaurantes Universitários (RUs) estão localizados em 10 das 24 cidades em que a Unesp está presente: Araraquara, Assis, Bauru, Franca, Ilha Solteira, Jaboticabal, Marília, Rio Claro, São José do Rio Preto e Presidente Prudente.

Considerando apenas os gastos com alimentos, o custo real médio das refeições (2,35 milhões de refeições/ano) dos RUs da Unesp é de R\$ 4,37. Se considerarmos todos os gastos, inclusive com pessoal, o valor médio é de R\$ 10,06. Quando se projeta o aumento de demandas, as necessidades de infraestrutura e de pessoal, no período de 2014 a 2018, os gastos perfazem o total de R\$ 93.553.940,91.

4.2. Moradia Estudantil

Outro programa de apoio oferecido aos estudantes de graduação que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica é a Moradia Estudantil. Atualmente, são disponibilizadas 1.240 vagas nas diversas moradias da Unesp existentes nos seguintes municípios: Araçatuba (64), Araraquara (128), Assis (119), Bauru (32), Botucatu (64), Franca (86), Guaratinguetá (54), Ilha Solteira (288), Marília (95), Presidente Prudente (128), Rio Claro (96), São José do Rio Preto (64) e São Paulo (22).

O Quadro 4 retrata a previsão de gastos com o programa Moradia Estudantil para o período de 2014 a 2018. Incluímos também, nesse quadro, as demandas previstas de infraestrutura com a construção de novos prédios para a ampliação das moradias de São José do Rio Preto, de Marília e de Bauru, a reforma da moradia de Franca e a construção do prédio da moradia do Instituto de Artes em São Paulo. O gasto total da Unesp com o Programa de Moradia Estudantil perfaz, até 2018, o valor total de R\$ 32.748.800,00.

4.3. Auxílio Socioeconômico

No período de 2014 a 2016, a Unesp atendeu a 9.142 estudantes com auxílios socioeconômicos (valor mensal de R\$ 425,00). Desses alunos, 3.373 ingressaram pelo programa de inclusão. Nesse período, a maioria dos alunos do programa de permanência estudantil, quando comparada a outras universidades do país, foi atendida com auxílios que estão com valores defasados, o que é insuficiente para evitar a evasão de estudantes que se encontram em situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica. Para manter um princípio de permanência mais adequado e sólido que evite a evasão desses

estudantes, a Unesp deverá investir até 2018, apenas com auxílios socioeconômicos, o montante de R\$ 88.918.760,00.

No Quadro 4 e na Figura 5 estão resumidos os investimentos da Unesp com os três principais programas de permanência estudantil, no período de 2014 a 2018.

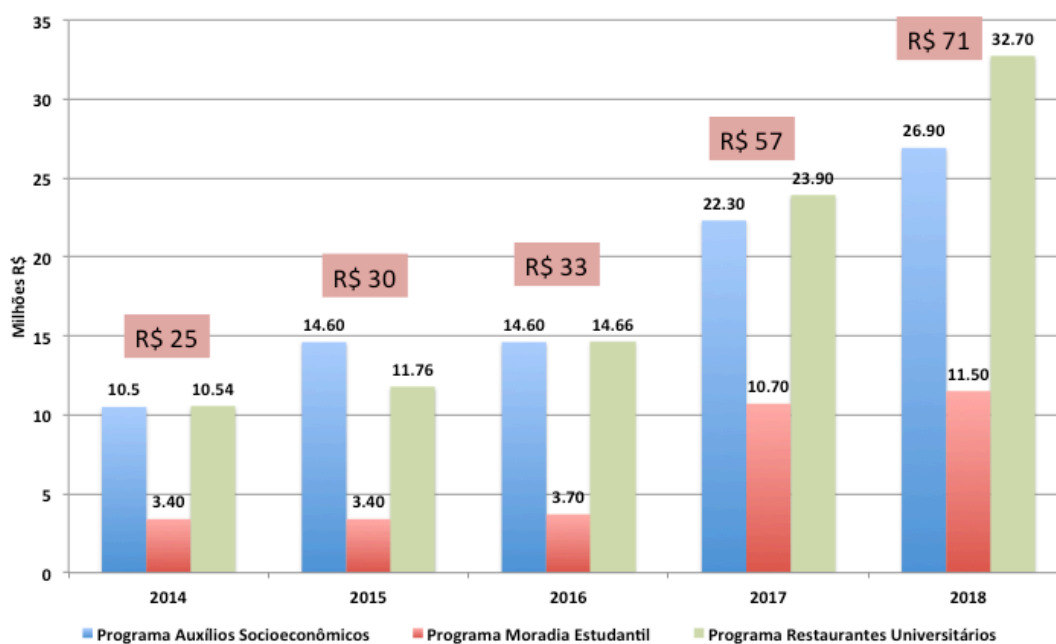
Quadro 4 - Impacto financeiro dos três programas principais de permanência estudantil na Unesp (R\$).

Permanência Estudantil	2014	2015	2016	2017	2018**
Programa Restaurantes Universitários	10.546.557,47	11.763.287,44	14.656.650,00	23.874.676,00	32.712.770,42
Programa Moradia Estudantil	3.422.400,00	3.422.400,00	3.720.000,00	10.720.000,00	11.464.000,00
Programa Auxílios Socioeconômicos	10.500.000,00	14.631.000,00	14.631.000,00*	22.245.800,00	26.910.960,00
Total	24.468.957,47	29.816.687,44	33.007.650,00	56.840.476,00	71.087.730,42

*Em 2016, em função de restrições orçamentárias, não houve atualização nos valores dos auxílios.

**Valores estimados

Figura 5. Impacto financeiro dos três programas principais de permanência estudantil na Unesp (R\$ milhões).



5. Considerações finais.

Desde 1995, quando ocorreu a última readequação da quota-parte do ICMS para financiar as três universidades estaduais paulistas (índice total de 9,57%, sendo 2,3447% para a Unesp), a Unesp apresentou crescimento acentuado no número de cursos/programas de graduação/pós-graduação e de alunos matriculados, além de aumento expressivo no número de câmpus (9 câmpus novos: Dracena, Itapeva, Ourinhos, Registro, Rosana, São Vicente, Sorocaba, Tupã e, mais recentemente, São João da Boa Vista).

Como demonstrado neste documento, embora o Governo do Estado de São Paulo e as prefeituras dos municípios envolvidos nos dois últimos ciclos de expansão tenham aportado recursos suplementares para esse crescimento vertiginoso da Unesp, os investimentos realizados pela universidade (R\$ 701,1 milhões, Quadro 2), até o momento, foram significativamente superiores, comprometendo fortemente o orçamento da Unesp. No acumulado dos dois ciclos, 85% dos R\$701,1 milhões foram gastos com despesas de caráter continuado (pessoal e outras despesas correntes) e 15% com despesas de capital (obras e material permanente).

Ressalta-se que, embora a universidade tenha suportado em seu orçamento as diferenças entre os valores suplementares e os efetivamente gastos nos últimos dois ciclos de expansão, atualmente passa a ser insustentável continuar a despende R\$ 103,6 milhões anuais (Quadro 2, coluna d), em despesas correntes com os nove novos câmpus da Unesp.

Adicionalmente, a implantação de um programa de inclusão robusto, acompanhado de ações de permanência estudantil para evitar aumento nas taxas de evasão, resultou na necessidade de investimento anual de cerca de R\$ 57 milhões em 2017, devendo alcançar R\$ 71 milhões em 2018, quando o programa atingirá suas metas de receber 50% de egressos de escolas públicas, incluindo 35% de estudantes pretos, pardos e indígenas. **Considerando o período total de implantação do programa de inclusão (2014 a 2018), a Unesp terá investido até 2018 cerca de R\$ 215 milhões. Deve ser ressaltado que nunca houve suplementação para a implantação desse programa de inclusão pelo Governo do Estado de São Paulo, comprometendo também o orçamento da universidade.**

A esse cenário, soma-se a crise econômica dos últimos anos, que tem progressivamente comprometido a saúde orçamentária e financeira da Unesp, de tal forma que no orçamento de 2017 não foi possível incluir a décima terceira folha de

pagamento, bem como o terço constitucional de férias de seus servidores docentes e técnico-administrativos.

Deve ser ressaltado que a atual gestão, iniciada em meados de janeiro de 2017, recebeu a universidade nessa situação crítica e tem se empenhado no planejamento de uma Unesp sustentável no médio e longo prazo, devendo implantar no futuro próximas adequações orçamentárias. No momento, estamos tomando medidas cabíveis para a contenção de despesas, por meio da redução do quadro de servidores, otimização na execução de recursos ainda disponíveis, renegociação de contratos, estímulo na busca de recursos extra-orçamentários, início de ampla reforma administrativa, manutenção da suspensão de contratações e de progressão na carreira dos servidores, além do não reajuste salarial. Ressalta-se que em 2016, a Unesp foi a única das três universidades estaduais paulistas que não concedeu 3% de reajuste salarial, o que a deixa em situação delicada perante o sistema de ensino superior paulista. Temos consciência de que essas medidas de curto prazo, por si só, não removerão a universidade da asfixia orçamentária e financeira em que se encontra.

Dessa forma, enquanto não ocorrer a retomada do crescimento da arrecadação e/ou uma nova readequação da quota-parte do ICMS para financiar o sistema de ensino superior paulista, consideramos que o aporte suplementar de R\$ 231,6 milhões, sendo R\$ 103,6 milhões decorrentes dos dois últimos ciclos de expansão e R\$ 128 milhões do programa de inclusão e de permanência estudantil, é imprescindível para que a Unesp possa manter seus compromissos e continuar sendo “a universidade inclusiva e mais abrangente do Estado de São Paulo”, além de uma instituição condizente com os princípios que orientam a qualidade e a excelência dos serviços prestados pelo Governo do Estado de São Paulo.

Sandro Roberto Valentini
Reitor da Unesp